

3. Castellino na oposição liberal à ditadura militar

3.1. O Golp e militar de 1964: versões e críticas

No dia 31 de março de 1964, o governo de João Goulart foi interrompido com um golpe de estado da oposição conservadora e seu dispositivo militar. O apoio popular que Goulart recebeu nos comícios realizados às vésperas do golpe, com destaque para o famoso comício da central, de 13 de março, que levou cerca de 150 mil pessoas ao centro da cidade do Rio de Janeiro, não foi suficiente para intimidar a oposição e os setores militares descontentes com o governo. Ao contrário, para muitos autores, o apoio popular de Goulart foi um dos fatores que levou a oposição a realizar o golpe, receosos com a possibilidade de crescimento do poder político da esquerda. A crise política que rondava o governo, sobretudo no âmbito institucional do Congresso, não conseguiu abalar completamente a credibilidade do governo perante a sociedade. O projeto nacional-reformista de Goulart causava insatisfação nos setores mais conservadores da sociedade e em parte da classe média. Mas o apoio popular do governo era incontestável. Mesmo com conflitos e tensões, todo o campo político da esquerda, incluindo partidos, sindicatos, movimentos sociais e uma parcela da classe média, apoiava o presidente. O processo político que resultou no golpe de 1964 e o regime ditatorial por ele instaurado são objetos de estudo de diversos autores, que se utilizam de diferentes matizes teóricos para produzir análises sobre o período. Pretendemos retomar algumas versões que podem nos ajudar a analisar, de um ponto de vista sociológico, as colunas de Castellinho e o lugar que o jornalista ocupa no campo de oposição ao regime.

Como vimos, os fatos políticos ocorridos desde a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, são de extrema importância para entendermos o golpe de 1964. Mas alguns autores, como René Dreifuss, Daniel Aarão Reis e Luiz Werneck Vianna, sustentam que para entender o golpe militar é preciso fazer um recuo histórico maior, retomando os processos políticos ocorridos no país desde, pelo menos, o governo de Getúlio Vargas das décadas de 1940 e 1950.

Para Dreifuss, o golpe de 1964 foi resultado de um processo de crescimento de uma elite orgânica, composta por grupos do capital multinacional

e associado, elite essa que começou a mostrar força na política do país desde os anos 1950. Sua análise, informada por conceitos marxistas e gramscianos, procura relacionar os fatos históricos ocorridos desde então com o contexto de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, observando a ditadura militar como um projeto político modernizante-conservador de consolidação do sistema capitalista no Brasil.

Dreifuss realiza minuciosa pesquisa mostrando quais eram os grupos e as pessoas que faziam parte dessa elite orgânica e como ela conseguiu “conquistar o Estado” em 1964. Para ele, o crescimento desse bloco de poder, liderado por empresários e tecno-empresários, tem estreita relação com a crise do populismo varguista e do nacional-reformismo do governo Jango. A primeira importante demonstração da força política da elite orgânica teria ocorrido em 1954, quando as denúncias e críticas a Vargas enfraqueceram seu poder político num processo de crise que culminou com o suicídio do presidente. Sete anos depois, com a renúncia do presidente Jânio, a elite orgânica mostrou mais uma vez a sua força política e militar, ao tentar impedir a posse do vice-presidente João Goulart. Segundo Dreifuss, essa foi a primeira tentativa de golpe que, apesar de não ter sido bem sucedida, conseguiu fazer com que Goulart assumisse o governo com poderes reduzidos. A partir daí, a elite orgânica - ou bloco de poder multinacional e associado - iniciou então uma forte campanha política e ideológica para derrubar o presidente.

Um dos fatores determinantes para o crescimento da elite orgânica foi a gradativa conquista do apoio das classes médias e subalternas.

As classes dominantes, sob a liderança do bloco multinacional e associado, empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas, através de uma série de instituições e organizações de classe, muitas das quais eram parte integrante do sistema político populista (DREIFUSS, 1981:483).

Dreifuss considera em sua análise a importância dos diversos canais utilizados pela elite orgânica para botar em prática sua campanha político-ideológica e realizar o seu projeto de tomada do Estado. A campanha, por exemplo, realizada nos jornais, rádios e TV tinham um caráter dissimulado, em que os interesses da elite orgânica apareciam como interesses gerais da nação. O êxito dessa campanha e apoio de boa parte da classe média, através de grupos

como a Tradição, Família e Propriedade (TFP), criaram as bases sociais de sustentação do golpe e da ditadura. A elite orgânica não conseguiu, entretanto, criar hegemonia política, e por isso se manteve no poder através de um regime de tipo autoritário.

Outro elemento importante da análise de Dreifuss é crítica à polarização entre poder civil e poder militar. Para ele, é preciso considerar a importância que políticos civis e empresários tiveram no golpe de 1964 e no regime ditatorial, bem como o apoio de alguns militares ao governo Jango. Na ditadura, a sociedade não estava dividida entre militares, no governo, e civis, na oposição, de forma que as categorias 'civil' e 'militar' não podem ser homogeneizadas. É por isso que Dreifuss prefere caracterizar o regime como uma “ditadura civil-militar”, cunhando uma expressão que carrega em si a heterogeneidade do campo que liderou esse movimento político. A expressão carrega também a crítica aos autores que desconsideram ou desvalorizam a participação de setores civis no regime ditatorial, tirando deles a responsabilidade pelas ações da ditadura e pela repressão política.

Outro trabalho importante sobre o golpe militar é a de Alfred Stepan. O autor analisa os processos políticos a partir da relação entre militares e civis, entendendo a instituição militar como um subsistema do sistema político global. Segundo Stepan, a relação entre civis e militares no Brasil seguia, até 1964, determinadas premissas e regras constituindo um padrão de comportamento que foi quebrado com a ditadura militar – o padrão moderador. Segundo Stepan, a relação entre civis e militares é sempre marcada por uma tensão: os políticos civis ao mesmo tempo em que pretendem manter as forças armadas como instrumento da política, procuram garantir que o poder militar não usurpe o poder político.

No Brasil, até 1964, essa tensão foi mediada pelo padrão moderador, geralmente encontrado em sociedades onde as instituições sociais são altamente politizadas, porém as instituições políticas são fracas. Em sociedades desse tipo, os militares também aparecem como uma instituição politizada e todos os grupos políticos tentam cooptá-los como forma de aumentar sua força. Um dos pré-requisitos para sobrevivência do padrão moderador é a crença, entre as elites civis e os oficiais militares, de que não é legítimo que as instituições militares assumam

a direção do sistema político por um longo período. O papel dos militares seria justamente o de intervir somente para debelar crises políticas restabelecendo a ordem e devolvendo, assim que possível, o poder aos civis.

A partir de 1964, as instituições militares permaneceram no poder político por um longo tempo, desfazendo as expectativas de muitos políticos civis que apoiaram o golpe. A quebra do padrão moderador, segundo Stepan, foi impulsionada pela influência norte-americana na Escola Superior de Guerra (ESG) e por diversas mudanças ocorridas no interior das instituições militares. A ESG tem, portanto, papel central na análise de Stepan, uma vez que ali nasceu a ideia de que os militares tinham capacidade política para dirigir o país. O “padrão” de relação entre militares e civis no período da ditadura é, como veremos, objeto de crítica de Castellinho, de forma que a leitura de Stepan pode nos ajudar na interpretação das colunas do período.

Numa outra perspectiva de análise, Daniel Aarão Reis volta ao passado varguista para explicar a crise que resultou no golpe de 1964. O autor observa um conflito latente entre um bloco modernizante e outro nacional-estatista desde a década de 1940. A posse de Goulart, para Aarão, representou o retorno “de uma sombra que parecia banida pela morte: a de Vargas” (AARÃO REIS, 2000:22) e a reatualização do projeto nacional-estatista, que havia sido aparentemente derrotado. Goulart teria conseguido retomar esse projeto político a partir da ampliação de sua base de apoio popular. Mas apesar disso, enfrentou forte oposição no Congresso, sobretudo no que diz respeito à aprovação do seu plano de reformas de base. Segundo Aarão, a situação de crise ao longo do governo se agravou provocando uma inversão de papéis: a esquerda e os movimentos políticos que haviam defendido a legalidade na posse de Goulart “tinham evoluído, progressivamente, para uma linha ofensiva em que inclusive se contemplava o recurso à violência revolucionária” (AARÃO REIS, 2000:29). Por outro lado, partidos políticos mais conservadores e tradicionalmente golpistas, como a UDN, passaram a adotar uma postura defensiva, evocando constantemente a questão da ordem e da legalidade, receosos com a possibilidade um golpe do presidente Goulart para realizar as reformas “na marra”.

Na interpretação de Aarão, não há espaço para a ideia da articulação empreendida pelo bloco de poder modernizante-conservador, como defende Dreifuss. A sua descrição dos fatos nos leva a uma interpretação de que o golpe foi uma reação à uma estratégia política equivocada de Goulart, que ao realizar o comício de 13 de março deu sinais de uma possível ofensiva política, provocando uma crise nas instituições militares, “uma luta entre os defensores da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas e os que desejavam subverter esses valores” (AARÃO REIS, 2000:32). Aarão chama atenção ainda para a imprevisibilidade da vitória da oposição, que não parecia estar preparada para tomar o Estado, mas foi levada a agir pelo medo de que “um processo radical de distribuição de renda e de poder pudesse sair dos controles e levar o país à desordem e ao caos” (AARÃO REIS, 2000:33).

Ao contrário de Dreifuss, Aarão não valoriza a participação civil no golpe de 1964. Para ele, o golpe resultou de uma crise eminentemente militar causada por um equívoco político do presidente que quando percebeu a reação da oposição, “apavorado diante do incêndio que provocara sem querer, horrorizado com a hipótese de uma guerra civil que não desejava”, fugiu, deixando o país nas mãos das forças conservadoras que comemoraram “nas ruas a vitória imprevista” (AARÃO REIS, 2000:32). Como vimos no capítulo anterior, a partir das colunas de Castellinho, bem como da interpretação de outros autores aqui trabalhados, podemos relativizar a tese de que o golpe foi uma reação. Os movimentos políticos da oposição às vésperas do golpe apontavam para a possibilidade de uma ação ofensiva para derrubar o governo. A tática defensiva, a qual Aarão se refere, teria sido, segundo Castellinho, abandonada meses antes do golpe.

Parece evidente que a oposição quebrou definitivamente a tática de contemporização com que, desde a implantação do presidencialismo, tentou furtar-se ao jogo da radicalização, e passou à resistência ativa, senão agressiva, ao plano de um golpe de estado, que considera já em fase de execução.⁴⁴

Castellinho talvez não concordasse com a tese do golpe como reação, mas certamente concordaria com a ideia de equívoco político por parte de Goulart, que teria calculado mal o peso da oposição na correlação de forças com o governo.

⁴⁴ *UDN espera golpe até o fim do mês*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 10/12/1963

Boris Fausto também chama atenção para as ações de Goulart que podem ter contribuído e facilitado a ação golpista da oposição, mas ele não entende o golpe como uma reação ou um contragolpe. O momento pré-golpe é caracterizado por Fausto como um momento de radicalização política de ambos os lados, governo e oposição. O erro de cálculo político de Goulart o levou a radicalizar as suas ações.

João Goulart e a cúpula que o apoiava tinham uma visão equivocada do quadro político. Tomavam o que se passava nas esferas de poder como expressão do que se passava na sociedade. Acreditavam também que, em sua maioria, o Exército era partidário das reformas propostas pelo governo, pois expressava, por sua história e pela origem de seus integrantes, a vontade popular. Existiam, sim, os golpistas, mas eles eram minoria, controlada pelo dispositivo militar e pela ação dos quadros inferiores (FAUSTO, 2006:255).

Nesse contexto, de enfraquecimento de um governo que se julgava mais forte do que realmente era, as forças conservadoras do país encontraram terreno para dar um golpe de estado que supostamente teria o objetivo de “livrar o país da corrupção e do comunismo e restaurar a democracia” (FAUSTO, 2006:257). Mas o que sucedeu ao golpe foi um regime militar que durou 21 anos.

Outra análise fundamental sobre o período pode ser encontrada nos trabalhos de Werneck Vianna, para quem a ditadura militar deve ser entendida como um processo de modernização burguesa autoritária, ou seja, um processo de “modernização conservadora”, leitura com o qual nos identificamos. Assim como Dreifuss, Werneck Vianna busca, numa perspectiva histórico-estrutural, as origens dos impasses brasileiros no período Vargas, diferenciado a sua análise daqueles que, como Stepan, observam o movimento de 1964 de uma perspectiva estritamente política de mudança no interior da corporação militar e sua relação com o poder civil.

Para Werneck, o golpe de 1964 representou a vitória do projeto burguês de modernização, que desde a década de 1950 disputava a cena política com o projeto nacional-popular. Com a vitória do projeto burguês, “o impulso modernizante assumiu características de uma revolução-conservação, revolução burguesa reacionária num contexto de fascistização do Estado” (WERNECK VIANNA, 1988:9).

O movimento político-militar de 1964 radicalizou a ocidentalização, completando, inclusive com o recurso à violência política, o processo de imposição capitalista. (...) Ampliou-se a intervenção do público sobre o privado, do Estado sobre a sociedade, bem como se refinaram e aprofundaram os controles repressivos sobre as classes subalternas. Esvaziadas as instituições liberais criadas pela Carta de 1946, sobretudo o Parlamento, fortaleceu-se o padrão corporativo nas relações entre o Estado e as elites econômicas (WERNECK VIANNA, 1988:45-46).

A leitura da ditadura militar como um processo de modernização conservadora liderada pelo bloco burguês pode nos ajudar a entender a posição inicialmente favorável de Castellinho ao golpe militar. O jornalista era bastante crítico em relação ao outro projeto de modernização em disputa, o projeto nacional-popular de Goulart, pois não via ali projeto um movimento de consolidação do capitalismo no Brasil. Ao contrário, o entendia como um possível caminho para um sistema socialista, com o qual não concordava. Entretanto, foi justamente o “contexto de fascistização do Estado”, bem como o esvaziamento de instituições liberais como o parlamento, que levou Castellinho para o campo de oposição, descrente na capacidade dos governos militares de conduzirem o processo de modernização com a necessária dose de liberdade e democratização dos processos políticos formais de representação. Como veremos, a análise de Werneck Vianna é imprescindível também para a compreensão do processo de transição do autoritarismo para a democracia, sobretudo no que diz respeito ao papel do campo de oposição.

3.2.

O heterogêneo campo de oposição

O campo de oposição e resistência à ditadura militar é bastante heterogêneo. Uma das primeiras dificuldades encontradas por aqueles que desejam estudar a oposição à ditadura é justamente a de caracterizar esse campo, que muitas vezes aparece na literatura como um bloco homogêneo que tinha como único grupo destoante a esquerda revolucionária, ou esquerda radical. De fato, num cenário de forte radicalização política a sociedade parecia estar dividida em dois grandes blocos, a favor e contra a ditadura. Porém, uma pesquisa aprofundada nos permite perceber que, ainda que essa polarização tenha existido de fato e seja importante para compreender o período, dentro de cada campo político existiam diversos grupos divergentes.

No largo campo da oposição, por exemplo, podemos notar a existência de grupos que tinham em comum somente o fato de se oporem ao regime autoritário, mas discordavam sobre a análise política que faziam dele, sobre quais deveriam ser as formas de luta e resistência, e finalmente sobre o tipo de regime político que deveria substituir a ditadura. Para situarmos Castellinho no campo de oposição, é importante, primeiramente, organizar e caracterizar esse campo, explicitando em linhas gerais as suas correntes e tendências políticas. As evidências históricas e a literatura sobre o tema apontam para uma divisão do campo em três categorias: a esquerda revolucionária ou esquerda radical, a resistência democrática e a oposição liberal⁴⁵.

O campo da esquerda revolucionária é marcado por movimentos que não eram somente contra o regime militar, mas contra o sistema capitalista no qual esse regime estava inserido. Tais movimentos, obviamente que com algumas divergências internas, entendiam que o sentido geral da luta contra a ditadura devia ser o de derrubar o governo e o sistema, como forma de abrir terreno para uma via socialista de modernização. A luta armada e a Guerrilha do Araguaia⁴⁶ são as principais expressões desse campo, que contava com diversas organizações como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, entre outras. Para a militância revolucionária, o momento era propício para uma revolução que saltasse etapas, e por isso era inadmissível qualquer tática que envolvesse o acordo com setores mais moderados de resistência.

O campo da resistência democrática, por sua vez, não acreditava no confronto armado, apostando no diálogo com a sociedade de forma mais ampla como instrumento de luta contra o regime. A resistência democrática aglutinava uma parcela importante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o famoso Partidão, movimentos sociais organizados, artistas, jornalistas e intelectuais, entre outros. Esses grupos compartilhavam a ideia de transformação da sociedade pela via democrática. O PCB teve um papel muito importante na luta democrática,

⁴⁵Certamente existem outras formas de organizar e categorizar esse campo. A sistematização feita aqui surgiu de um esforço metodológico de separar no campo da oposição correntes que tinham uma certa identidade e afinidade de interesses e ação política. O que não significa que dentro dessas correntes não tivessem divergências e diferentes formas de luta. Pretendo aqui organizar o campo como forma de situar o meu objeto.

⁴⁶Ação de luta e resistência à ditadura promovida pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

ainda que marcado por disputas internas entre segmentos que enxergavam a democracia como instrumental à revolução e aqueles que a consideravam um fim em si mesma⁴⁷. A percepção da prática e das instituições democráticas como fundamentais para o processo de transformação social fez com que o partido seguisse o caminho da “luta política pela restauração das liberdades democráticas, articulando-se uma frente anti-regime ainda mais ampla do que a coalizão nacionalista do período anterior” (CARVALHO, 2007). A ideia do partido era mobilizar a sociedade contra o regime, a partir do tema da democracia social.

Os intelectuais e a universidade também tiveram forte presença nesse campo da resistência democrática. Milton Lahuerta chama atenção para a importância do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Segundo ele, o rigor científico dos intelectuais do Cebap fez com que o grupo fosse muito respeitado entre a juventude universitária, que se tornou “forte aliada na luta democrática e na fixação de um conceito de democracia, centrado na ideia de fortalecimento da ‘sociedade civil’” (LAHUERTA, 2001). Foi a valorização do pensamento democrático e a ideia de formação de uma frente ampla que fez com que parcela majoritária dos comunistas do PCB e outros movimentos desse campo de resistência reconhecessem, como veremos, a possibilidade, na década de 1970, de uma aliança entre a esquerda e oposição liberal, representada principalmente pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A oposição liberal pode ser caracterizada por políticos, empresários, intelectuais, profissionais liberais e suas entidades representativas, jornalistas, classes médias em geral que não concordavam com o regime autoritário, mas não eram contra o sistema capitalista que esse mesmo regime estava consolidando no Brasil. O projeto da oposição liberal para o país não era, ao fim e ao cabo, tão diferente do projeto que estava sendo posto em curso pela ditadura militar, sobretudo no que diz respeito à política econômica e à visão sistêmica de uma forma geral. Tanto é que muitos liberais apoiaram o golpe e se tornaram oposição posteriormente, decepcionados com os rumos do regime.

Mas a oposição liberal discordava dos métodos utilizados pela ditadura

⁴⁷É interessante ressaltar a influência de Gramsci sobre os intelectuais da resistência democrática no Brasil. A leitura que parte dos comunistas do PCB fizeram de Gramsci, por exemplo, foi decisiva para a valorização da democracia como via de transformação social.

militar e discordava, sobretudo, da presença da instituição militar à frente do poder político. Uma diferença fundamental entre esse tipo de oposição e as outras formas de resistência é a forma de atuação. Enquanto a esquerda revolucionária e mesmo a resistência democrática atuavam na clandestinidade, a oposição liberal preferia, ou tinha mais condições políticas para, atuar na esfera legal-institucional. No congresso, o MDB, único partido legal de oposição, representava de certa forma o que aqui estamos chamando de oposição liberal. Com o partido operando na legalidade durante todo o regime, o MDB disputava as eleições estaduais e municipais, bem como as eleições para o parlamento, e foi nessa esfera institucional, dos governos locais e do Congresso, que o partido fez frente ao regime militar. No âmbito da sociedade civil, jornalistas e advogados, entre outros profissionais liberais, fizeram oposição ao regime através de suas profissões, também dentro de uma esfera legal.

A aliança entre o PCB e o MDB é expressão de uma política de mobilização da sociedade e da aliança entre comunistas e liberais em torno do projeto democrático. As diferentes visões de democracia – por um lado, comunistas e resistência democrática dando ênfase a uma democracia social, e, por outro lado, liberais orientados para uma democracia de tipo liberal – não foi empecilho para a consolidação dessa aliança, que teve importância destacada no processo de transição e abertura política.

O reforço ao MDB, locus privilegiado da articulação entre liberais e esquerda, a criação, em 1980, do semanário *Voz da Unidade*, fruto da iniciativa, dentre outros, de David Capistrano Filho, Marco Aurélio Nogueira, e Gildo Marçal Brandão, em São Paulo, bem como de Luiz Mário Gazzaneo e Ivan Ribeiro, no Rio de Janeiro, e que viria a se constituir no principal órgão de defesa, à esquerda, da “via da transição”, assim como a ampla mobilização da militância em torno da preparação do VII Congresso do PCB, revelam a tônica de uma trajetória comunista que parecia seguir escalando o caminho da renovação, da construção de um partido democrático de massas, comprometido com a ideia de um futuro democrático e socialista para o Brasil (CARVALHO, 2007).

É importante destacar que a atuação de parte desse campo de resistência democrática foi, indireta e paradoxalmente, propiciada pelo próprio governo militar, através do fomento às carreiras intelectuais. Criação de universidades, investimento em cursos de pós-graduação, inclusive em ciências humanas, criação de condições para proliferação de editoras são exemplos de como o regime militar deu margem para a consolidação de carreiras intelectuais, de onde saíram diversas

vozes de oposição. Segundo Lahuerta,

tais iniciativas coincidem com uma expansão notável da indústria cultural e do público universitário, compondo um cenário contraditório que torna possível uma certa sagração da figura do “intelectual de oposição (LAHUERTA, 2001).

Lahuerta também chama a atenção para relação dos intelectuais com o MDB, como um resultado do processo de valorização da democracia e do fortalecimento da sociedade civil. A partir da vitória do MDB nas eleições de 1974,

reforçam-se os vínculos entre os intelectuais e o partido, abrindo espaço para uma participação dos “intelectuais enquanto massa”. Aos poucos, advogados, cientistas puros, filósofos, cineastas, dramaturgos, artistas plásticos, atores, economistas, estudantes... saíam de suas especialidades e se engajavam numa luta de resistência democrática (LAHUERTA, 2001).

Essa ampla aliança da resistência democrática com setores liberais em torno do MDB desempenhou, como veremos, papel importante na luta contra a ditadura e na transição para a democracia.

3.3.

Coluna do Castello: crítica e análise política na ditadura militar

A posição crítica de Castellinho sobre o governo de João Goulart fez com que ele fosse, inicialmente, simpático ao golpe de 1964, por imaginar que esse movimento daria fim a crise política que imobilizava a sociedade brasileira. Não que Castello tenha defendido veementemente o golpe em suas colunas, mas mostrava-se esperançoso com as intenções do movimento de 1964. A expectativa, nos primeiros momentos após o golpe, era a de que o movimento cumprisse a função de restabelecimento da ordem, abalada pelas circunstâncias dos conflitos políticos do governo Jango, e da democracia, com a convocação de novas eleições.

A adesão de Castellinho ao golpe pode ser interpretada a partir da leitura, por exemplo, de Aarão Reis, que, apesar de observar o golpe como resultado de uma crise nas instituições militares, chama atenção para o apoio que o movimento recebeu das forças políticas conservadoras, representadas por partidos como a UDN, dos empresários e de boa parte do campo liberal. O autor ressalta a heterogeneidade do campo de apoio ao golpe, mostrando que nem todos os que

queriam a queda de Goulart se reconheceram nas ações políticas do regime militar. As diferenças de opinião existentes no campo governista marcaram todo o período autoritário.

De um lado, em função da proposta, nem sempre muito claramente formulada, de destruir pela raiz o antigo regime representado por Jango, o Ato Institucional, a exceção, a revolução, a ditadura. De outro, em virtude da necessidade de considerar o conjunto de forças que haviam se reunido para aquele desfecho, o respeito pela democracia, por seus valores e por suas formas e ritos (AARÃO REIS, 2000:37).

Os primeiros passos no sentido da repressão política, incluindo ataques aos movimentos sociais, fechamento de instituições e partidos de esquerda, e a cassação de deputados no Congresso, desagradaram aqueles que acreditavam na intervenção militar somente como uma forma de restabelecer a ordem no país. O campo liberal, segundo Aarão, foi o primeiro a se decepcionar com os rumos da “revolução”, que ao contrário de devolver ao país a ordem democrática, aprofundou a situação de crise se mantendo no poder a partir do uso ilegítimo da força. Logo nos primeiros anos da ditadura, “a repressão desatada punha em frangalhos os valores liberais e democráticos com os quais o governo dizia-se comprometido” (AARÃO REIS, 2000:40).

Daniel Pecáut reforça esse argumento, ao afirmar que “a ditadura autoritária declarada não foi a única a aplaudir os militares; foram muitos os moderados, os liberais e os católicos que fizeram o mesmo” (PECÁULT, 1990:198). Castellinho pode ser entendido como uma expressão desse campo liberal que tendo apoiado inicialmente o golpe, logo se tornou oposição. A ideia de um governo de militares não agradava Castellinho, que logo percebeu um imenso descompasso entre as motivações primeiras da “revolução” e o rumo que ela verdadeiramente tomava, tema que esteve presente em suas colunas até pelo menos 1974, quando a ditadura começou a dar sinais mais claros de distensão.

Muitos foram os que apoiaram o golpe com a expectativa de que a intervenção militar fosse pontual, sem acreditar que o movimento marcaria nova relação entre as instituições militares e a política, com a quebra do “padrão moderador”, para usar os termos de Stepan. Logo no início do regime, a questão é tratada por Castello:

a vigorosa afirmação dos fins revolucionários parece ter surpreendido muitos dos que a eles aderiram no pressuposto de métodos tradicionais de composição, nas horas de crise, entre o poder civil e o poder militar.⁴⁸

Os “métodos tradicionais de composição” não previam a participação ativa dos militares na direção política do país. Nesse momento, porém, apesar de já demonstrar algum receio com os rumos dos acontecimentos, Castellinho parece ainda esperançoso com a possibilidade de restabelecimento da democracia.

Perdura a expectativa geral de que, uma vez escolhido e empossado um Chefe de Governo, a autoridade revolucionária coincidirá com a autoridade que emana das leis vigentes no País, com repercussão saudável no sentido da recuperação da ordem e da tranquilidade abaladas pelos acontecimentos rotineiros de uma revolução.⁴⁹

As críticas de Castellinho no primeiro ano da ditadura são marcadas ainda pela expectativa de que o presidente Castelo Branco pudesse reconduzir o país à ordem democrática. O jornalista analisa a movimentação política do período observando, nas ações do governo, sinais de aproximação ou de afastamento em relação à possibilidade de restabelecimento da democracia. Fatores como a presença de Milton Campos no governo, como ministro da Justiça, alimentavam a esperança de que a presença militar no comando do país fosse apenas transitória e cumprisse o objetivo de devolver ao país a tranquilidade necessária para a convocação de novas eleições e devolução do poder político aos civis. Alimentava esperanças também de que, enquanto perdurasse o regime autoritário, a política repressiva seria aplicada sem excessos, arbitrariedades e uso da violência.

Sua presença no Ministério tem, em consequência, um sentido bastante nítido, e representa uma carta de intenções do Presidente da República no que tange ao desenvolvimento da política repressiva da revolução. O Sr. Milton Campos é, por natureza e por formação, um homem fiel às instituições democráticas e ao sistema jurídico. Uma coisa e outra é que certamente inspirarão os seus atos no Ministério e sua atuação como membro nato do Conselho de Segurança Nacional, órgão que examinará daqui por diante os processos de restrições a direitos políticos.⁵⁰

Campos também se decepcionou com os rumos do regime, mas nesse momento mostrava-se ainda animado com as intenções do governo, o que de certa forma tranquilizava aqueles que, como Castellinho, acreditavam na capacidade de influência sobre o regime das forças liberais e democráticas que existiam dentro do governo.

⁴⁸ *Congresso aceita o mandato da revolução*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 11/04/1964

⁴⁹ *Idem*

⁵⁰ *Os habeas – corpus serão cumpridos*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 18/04/1964

O Presidente Castelo Branco, a considerar-se os depoimentos de fontes políticas governamentais, estaria hoje tão impaciente quanto as correntes civis com relação ao fiar da política repressiva; (...) Tanto o Ministro da Justiça, Sr. Milton Campos, quanto o líder da Maioria, Sr. Pedro Aleixo, se mostram bens impressionados com o ânimo do Presidente da República e sua disposição de conduzir o País a normalidade o mais cedo possível.⁵¹

Por outro lado, ações como as cassações políticas de parlamentares e o uso violento da força para reprimir partidos políticos de esquerda e movimentos sociais eram fonte de preocupação justamente por representarem o afastamento do regime em relação aos princípios democráticos. A cassação de Juscelino Kubitschek, por exemplo, foi, para Castellinho, uma expressão desse tipo de ação antidemocrática.

A consequência importante, essa sim realmente importante, da proscricção do Sr. Juscelino Kubitschek, está em que, com ela, a Revolução conduziu o País a um impasse político da maior gravidade. As eleições presidenciais diretas não mais poderão realizar-se em 1965 ou em 1966, a não ser que os líderes revolucionários se conformem com a perspectiva de uma tranquila derrota eleitoral. (...) A revolução, sem sombra de dúvida, sectarizou-se definitivamente e, na sua dinâmica própria, dificilmente admitirá contenções ou restrições na perseguição dos seus objetivos. A transferência ou o cancelamento das eleições presidenciais deverá, portanto, ocorrer em função de atitudes militares e não políticas, em função da força e não da modificação consentida do direito.⁵²

O impasse em torno das eleições diretas aparece diversas vezes nas colunas do início do período ditatorial. A questão provocou uma considerável crise política que se arrastou, pelo menos, até a instauração do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em outubro de 1965. Como é característico do estilo de sua coluna, Castello retrata todos os conflitos em torno do tema das eleições e de outros pontos de atrito existentes no governo Castelo Branco, ressaltando as correntes políticas em disputa que nesse momento já apontavam para a polarização no regime entre dois blocos principais: a linha-dura, que defendia a permanência dos militares no poder aprofundando do movimento de repressão política, e a ala moderada, que defendia a busca de um caminho que criasse as condições para restabelecimento da ordem democrática, ou seja, defendiam o caráter de transitoriedade do governo militar.

O AI-2 reforçou o caminho de aprofundamento e permanência que a ditadura militar pretendia seguir, apesar do discurso Castalista girar ainda em

⁵¹ *Castello impaciente por normalidade*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 10/05/1964

⁵² *Cassação leva o regime a impasse*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 09/06/1964

torno da intenção de recomposição da legalidade democrática.

O Presidente da República tem afirmado aos seus correligionários aquilo que ontem constituiu matéria de declaração oficial do Ministro da Justiça: O Governo, munido de todos os poderes, não pretende usá-los senão na medida do necessário. Essa é uma declaração de boa vontade, que não corresponde, todavia, à dinâmica do processo revolucionário.⁵³

O ato institucionalizou instrumentos de coerção política, como a cassação de parlamentares, acirrando a crítica liberal que via no Congresso um canal de sobrevivência das instituições democráticas no país.

A vigência do Ato nº 2 irá até o dia 15 de março de 1967. Isso significa que o futuro Congresso, a ser eleito em 3 de outubro de 1966, estará tão sujeito quanto o atual a expurgos do poder revolucionário. As cassações poderão, assim, corrigir, do ponto de vista do interesse da Revolução, a escolha que naquela data o povo fará dos seus novos representantes.⁵⁴

O AI-2 encerrou a vigência da Carta de 1946, extinguiu os partidos políticos instaurando o bipartidarismo (ARENA e MDB), estabeleceu eleições indiretas para presidência e governos estaduais, e limitou liberdades individuais de parlamentares e cidadãos. Foi nesse momento, como vimos, que Milton Campos pediu demissão do Ministério da Justiça, expressando seu descontentamento com os rumos da “revolução”. A posição de Milton Campos é representativa de uma significativa parcela de políticos e intelectuais liberais, da qual Castelinho parecia fazer parte, que não reconheciam mais no regime os princípios democráticos que supostamente lhe deram origem e não acreditavam no caminho da radicalização política.

A Revolução voltava, naquele instante, à radicalização dos primeiros dias. O Sr. Milton Campos, que já então lutava contra o processo, afastou-se do Governo, que iria incluir no Ato Institucional nº2 aqueles projetos de legislação revolucionária que o Ministro por um ano e meio retinha nas gavetas do seu Ministério. (...) o Sr. Milton Campos pôde em tempo evitar o compromisso com os métodos do radicalismo revolucionário, aos quais o Presidente teve de dobrar-se.⁵⁵

Um ano depois do pedido de demissão do Ministério da Justiça, Campos retornou à cena política como candidato a senador pela ARENA em Minas, cargo para o qual foi eleito. Em dezembro de 1966, pronunciou um discurso, como candidato, estabelecendo distinção entre a “revolução” e seu processo.

⁵³ *Ato une militares e Castelo muda Governo*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 28/10/1965

⁵⁴ *Sucessão em aberto advertência e convite*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 31/10/1965

⁵⁵ *Tomada de posição dos líderes civis*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 26/10/1966

A Revolução há de ser permanente como ideia e inspiração, para que, com a colaboração do tempo, invocada pacientemente, possa produzir seus frutos, que se caracterizam principalmente pela mudança consentida das estruturas e da mentalidade dominante, seja no povo, seja nas elites. O processo revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio, que elimina o direito, intranquiliza os cidadãos e paralisa a evolução do meio social. O que urge institucionalizar, portanto, é a Revolução e não o seu processo (CAMPOS, 1972 [1966]:234).

O discurso, como veremos, foi lembrado por Castellinho anos depois, mostrando a afinidade do jornalista com pensamento de Milton Campos e a crescente insatisfação com a radicalização do regime autoritário, tema, aliás, que também aparece no discurso do político mineiro, em tom de crítica ao governo e evocação da necessidade de uma linha de equilíbrio.

O grande inimigo dessa conquista está na radicalização, que vem caracterizando funestamente os conflitos ideológicos contemporâneos e que acaba impedindo o progresso e a paz, pela corrupção dos ideais mais altos. O bem-estar geral, que é o objetivo do Estado moderno, ao se radicalizar num grupo, deixa de ser geral. A justiça social, inspiração dominante da ação política, não é mais justiça quando se radicaliza. A segurança do Estado, que é preocupação necessária à sobrevivência nacional em meio aos perigos do mundo, pode resultar, pelo radicalismo, em insegurança dos cidadãos (CAMPOS, 1972 [1966]:234).

Mais adiante, veremos que a crítica de Castellinho à ditadura militar segue essa mesma toada. Até 1968, as colunas de Castello retratam, com bastante liberdade, toda a movimentação política do regime: as eleições nos estados, as trocas de ministros, os conflitos entre linha-dura e ala moderada, a movimentação política no Congresso, ainda em funcionamento, os debates em torno da formulação da nova constituição, a sucessão presidencial e a entrada de Costa e Silva no governo, etc. Ao longo desse período, apesar do tom crítico cada vez mais aparente nas colunas de Castello, existe ainda uma esperança de que a oposição consentida, representada pelo MDB, e a ala governista mais moderada tivessem maior capacidade de influência sobre os rumos da ditadura militar. Tendo em vista o pleno funcionamento da política parlamentar, embora com significativas cassações políticas, acreditava-se, até a instituição do Ato Institucional nº5 (AI-5), na possibilidade de derrota da linha-dura, responsável pelo movimento de endurecimento e radicalização do regime.

A coluna de Castello sobre a sucessão presidencial mostra que o jornalista acreditava nas intenções de Castelo Branco de restabelecimento da ordem civil democrática.

Embora consciente da sua nova missão, que não se exerce sem uma compreensão muito particular da natureza do Governo democrático, o Marechal Costa e Silva parece mais inclinado do que seu antecessor a confraternizar com as reações de sua classe. O Marechal Castelo Branco submeteu-se a pressões militares no indispensável a manter a segurança do Governo e a continuidade do processo revolucionário, mas jamais riscou da sua pauta o compromisso com a reconquista da ordem civil. O problema agora é saber até que ponto o Marechal Costa e Silva encontrará nas suas reservas interiores inspirações para submeter-se de preferência às imposições da lei que haverão de substituir as da caserna.⁵⁶

A apreensão com os rumos do governo Costa e Silva, que havia sido ministro da Guerra governo Castelo Branco e com quem Milton Campos e outros políticos liberais tinham muitas divergências, já aparecia nas colunas do Castello ao longo do ano de 1966, quando se discutia a sucessão presidencial. Em coluna intitulada, ironicamente, “Com Costa e Silva o regime a Deus pertence”, Castellinho expressa a sua preocupação com a imprevisibilidade do governo Costa e Silva, o qual, seguindo o tom das declarações do ministro, poderia representar o acirramento da repressão política.

Enquanto o Governo se movimenta para reorganizar o sistema constitucional, visando à ampla restauração da ordem jurídica, o Marechal candidato à Presidência da República anuncia, em declarações aos jornais, que seu compromisso com as instituições é meramente experimental ou condicional. Disse o Marechal Costa e Silva que espera em Deus não vir a necessitar do apelo à força, mas ai dos que tentarem a subversão.⁵⁷

O governo Costa e Silva, guardadas as diferenças com o governo anterior, foi marcado também pelos conflitos entre endurecimento e distensão política. A oposição consentida e os setores liberais que apostavam no restabelecimento da ordem democrática se mostraram animados com a possibilidade de distensão no início do governo, como bem retratou Castellinho.

Passada a primeira semana do Governo, dirigentes da Oposição observam que se produziu um apreciável relaxamento na tensão política, fruto não propriamente de medidas que ainda não foram tomadas, mas de discursos e declarações de Ministros de Estado e de auxiliares imediatos do Presidente Costa e Silva.⁵⁸

Mas, como veremos, o desfecho das crises do governo militar de Costa e Silva seguiu o caminho contrário ao da distensão política. Se para a oposição liberal o ano de 1967 foi marcado por momentos de esperança, o ano de 1968, que terminou com a instituição do AI-5, colocou um ponto final nas expectativas de

⁵⁶ *Novo Presidente, novos problemas*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 16/03/1967

⁵⁷ *Com Costa e Silva o regime a Deus pertence*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 08/07/1966

⁵⁸ *Oposição reconhece distensão política*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 22/03/1967

abertura política afastando a oposição liberal do governo e aumentando a repressão sobre ela.

Foi a partir desse momento que Castelinho passou a se opor à ditadura sem ressalvas, consolidando a opinião de que havia um descompasso entre as motivações primeiras da “revolução” e o rumo que ela verdadeiramente tomava, entre “revolução” e “processo revolucionário”, para usar os termos de Milton Campos. No aniversário de quatro anos do regime militar, a Coluna do Castello expressa o afastamento da “revolução” em relação aos seus objetivos.

O Governo não encontrará clima para comemorar hoje o quarto aniversário da Revolução que o gerou. A Revolução, aliás, que nasceu de um clima, perdeu-se inteiramente dos seus objetivos e é hoje quase que somente um anticlima indispensável para afirmar o mando de militares que a exprimem e interpretam ao sabor dos interesses e dos preconceitos de uma classe.⁵⁹

É possível perceber, ao longo do ano de 1968, a importância que Castelinho dava à crise política no Congresso entre políticos ligados ao MDB e militares, bem como à crise no interior do próprio governo militar. Castelinho percebia que a solução para essas crises e tensões políticas podia significar o endurecimento do regime, no caso de uma vitória da chamada “linha-dura”, ou o início de um processo de abertura política, caso a vitória fosse da ala mais moderada do governo. As colunas do ano de 1968 acompanham todo o processo político que culminou na promulgação do AI-5.

Logo no início do ano de 1968, Castelinho anuncia, numa demonstração de sensibilidade política, a entrada do Congresso no “ano das tensões”, mostrando a atuação da oposição frente radicalização do regime autoritário.

Na medida em que vão se reduzindo as possibilidades teóricas e práticas de acesso das oposições ao Poder - elas são nulas no plano federal, escassas no plano estadual e agora começam a ser eliminadas no plano municipal -, maior agressividade irão adquirindo nas suas manifestações os grupos que ainda podem representá-las (...). É de presumir-se que daqui por diante a atuação parlamentar oposicionista irá numa violência crescente, em relação proporcional à diminuição das chances de influir e recuperar uma posição de prestígio no quadro institucional. Não tendo o Poder à vista — e no Brasil Poder é sinônimo de Executivo —, a Oposição tentará furar o bloqueio com as armas de que dispõe, notadamente as da intimidação verbal.⁶⁰

⁵⁹ *Revolução isolada no seu quinto ano*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 31/03/1968

⁶⁰ *Congresso entra no ano das tensões*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 04/02/1968

Nessa mesma coluna, Castellinho mostra a descrença no caminho da abertura política, ao afirmar que “da parte do Governo, nenhuma expectativa existe de que surjam medidas capazes de provocar uma distensão”⁶¹. Talvez por acreditar que o Congresso fosse, no regime militar, a única instituição democrática existente, é que Castellinho dava tanta importância aos seus acontecimentos e às atitudes políticas de seus parlamentares. Mas podemos dizer que essa era também uma forma de informar a população e de aproximar a sociedade da política. Era também uma forma de dar voz, em suas colunas, ao MDB, único partido legal de oposição ao governo. Durante o ano de 1968, Castellinho mostrou em suas colunas todo o esforço dos parlamentares do MDB para tentar neutralizar as pressões dos militares “linha-dura” e evitar o Ato Institucional. Castellinho mostrou também que as opiniões políticas de boa parte do MDB estavam muito mais próximas das opiniões da sociedade, sendo o partido portando uma força potencial e importante para o processo de redemocratização e abertura política do país. Castellinho mostra que a pressão da oposição aumenta à medida que o governo assume uma postura de não negociação.

Diz o Secretário-Geral do MDB que não se dispõe a transacionar com os princípios. Se para o Governo a Constituição é intocável, a anistia é irrealizável, a eleição direta do Presidente é impossível, por que haverá a Oposição de abdicar dos seus atuais instrumentos de luta apenas para manter um *status quo* que considera intolerável?⁶²

Em outra coluna, Castello ressalta a insatisfação do MDB com os boicotes políticos que estavam sendo praticados pelo governo, através da força militar, à atuação dos parlamentares do partido. A atuação radicalizada do governo parecia estar, na opinião de Castellinho, aproximando o MDB do campo de resistência existente na sociedade civil.

Diz o Sr. Martins Rodrigues que a generosa paciência da juventude lhe reitera a convicção de que o movimento oposicionista deve organizar-se onde está e de acordo com suas próprias inspirações. A Oposição está nos meios intelectuais, entre estudantes e professores, está nos meios trabalhistas, está no clero e está na opinião pública. Não é possível, neste momento, a quem se propõe a ajudar na remoção de obstáculos à ordem democrática, permanecer nos limites da Oposição convencional, realizada dentro de um Congresso oprimido, em cujo seio qualquer possibilidade de êxito na luta é abafado pelos capitães-do-mato da ARENA. Esta, aliás, é a tendência hoje amplamente dominante nos conselhos do MDB, traumatizado pela inutilidade dos seus esforços parlamentares. A maioria dos

⁶¹ Congresso entra no ano das tensões, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 04/02/1968

⁶² Sem pacificação, pode vir o pior, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 14/02/1968

dirigentes do Partido, inclusive os que tiveram até há pouco atitude contemporizadora, conto o Deputado Tancredo Neves, está hoje convencida de que outro tipo de luta deve ser tentado. O Sr. Tancredo Neves foi o redator do documento básico de que se originou o recente manifesto do MDB.⁶³

É interessante a importância que Castellinho confere à oposição legalizada existente no Congresso. Desde o início da ditadura militar até ano de 1968, o jornalista quase não fala sobre outros movimentos de resistência existentes na sociedade. Em sua visão liberal, estava presente a crença de que as forças que operavam institucionalmente contra o regime militar tinham maior capacidade de influenciar a realidade, transformando concretamente a situação política em que o país se encontrava. Porém mesmo essa oposição institucional perdeu força com o desfecho da crise do ano de 1968.

Com o agravamento da crise política e o aumento da política repressiva do governo militar, o tema da repressão ganha maior destaque nas colunas de Castellinho. Desde os momentos iniciais da ditadura militar, Castello percebe a repressão como um dos elementos de descompasso entre a “revolução” e seu processo. A violência do aparato repressivo foi um dos fatores constantes de crítica e certamente contribuiu para que o jornalista se posicionasse politicamente contra o regime. O tema surge pela primeira vez em abril de 1964, dias após o golpe.

A palavra de ordem surgida dos bastidores da revolução vitoriosa é "acabar com o comunismo". A firme disposição do comando militar de realizar essa política, que estaria sendo executada com conotações terroristas neste ou naquele ponto do País, provocou apreensões não só entre os Deputados e Senadores do esquerda como até mesmo entre aqueles que, no esquema vitorioso, se recusam à adoção de técnicas extremadas.⁶⁴

Nessa mesma coluna, Castellinho afirma que os parlamentares, inclusive udenistas e pessedistas, eram favoráveis à convocação de novas eleições o mais rápido possível, pois estavam “alarmados com a rápida deterioração do poder civil” e receosos de que o próprio Congresso fosse “atingido pela avassaladora presença do poder militar no comando do país”.

Mas é importante ressaltar que, embora o tema tenha aparecido pela primeira vez ainda em abril de 1964, dias após o golpe, nos primeiros quatro anos

⁶³ *MDB aprende com os estudantes*, Coluna do Castello, *Jornal do Brasil*, 11/06/1968

⁶⁴ *Eleição quarta-feira, Juscelino com PTB*, Coluna do Castello, *Jornal do Brasil*, 04/04/1964

de regime militar a repressão era tratada de forma discreta por Castello, sem chamar atenção para fatos políticos da maior importância, como o incêndio do prédio da UNE e outras ações violentas do governo contra a esquerda. A partir de 1968, com o aumento do uso da violência, por um lado, e com o crescimento da insatisfação de Castelinho com o regime, por outro, o tema da repressão ganha maior expressividade, mobilizando o jornalista sobretudo em casos polêmicos e chocantes como foram os episódios do assassinato do estudante secundarista Edson Luís e a invasão da Universidade de Brasília (UnB).

Segundo Castelinho, o caso de Edson Luís, assassinado pela polícia militar no Rio de Janeiro em uma manifestação de estudantes dentro do restaurante de uma universidade no dia 29 de março de 1968, agravou a crise que vinha se arrastando no Congresso e no cenário político brasileiro.

O estado de crise declarada em que ingressou o País desde a morte do estudante no Rio não parece próximo do fim. A tensão política cresce, ante a evidência de que os últimos episódios tornaram clara a existência de incompatibilidades insanáveis entre o Governo e parcelas importantes da opinião pública. A simples ocupação militar dos centros urbanos será uma medida provisória, que não atende em substância ao problema que está posto. Restabelecida pela força das armas a ordem nas ruas, restará o abismo da impopularidade que põe de um lado as classes armadas e de outro lado a grande maioria da população. O Governo, forte militarmente, cada vez mais forte, perde seus últimos vínculos com a esperança civil, terreno em que corre o risco de tornar-se irremediavelmente fraco.⁶⁵

Um elemento importante presente nesse trecho diz respeito a uma opinião corrente de Castello sobre o regime, pelo menos a partir de 1968, de que o governo militar estava se afastando cada vez mais da opinião pública e da sociedade civil de uma forma geral, e que isso poderia representar justamente a sua fraqueza no futuro. Esse tipo de afirmação nos sugere que, para o jornalista, a correspondência entre a opinião da sociedade civil e o governo é um elemento importante para o exercício da democracia no país.

O tema do descompasso entre o governo e a opinião pública encontra, na passagem seguinte, relação com o tema da exagerada presença militar em todas as instâncias da vida pública do país.

⁶⁵ *Expectativa do pior nos meios políticos*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 03/04/1968

O principal desajustamento entre o Governo do Marechal Costa e Silva e a opinião nacional não decorre da ação governamental em si. (...) O grande divórcio decorre do espírito militarista que impregna a política geral do Governo e o vincula a uma ordem de coisas que os civis, ou seja, a imensa maioria do País, rejeitam. É o pressuposto, que informa cada decisão política, de que às Forças Armadas caberá por muito tempo ainda ordenar a vida nacional, dirigi-la e pô-la nos eixos antes que os civis possam retomar as rédeas. É a ideia de que existe uma organização aparelhada mais do que as outras, comandada por pessoas com dose maior de patriotismo e de clarividência, para declarar o que convém e o que não convém ao Brasil, o que pode e o que não pode ser feito.⁶⁶

Nessa mesma coluna Castellinho sentencia: “do particular ao geral, eles estão em tudo”, demonstrando sua crescente insatisfação com a permanência das instituições militares na direção política do país e com a extensão do poder político para outras esferas da vida social, movimento típico dos governos autoritários.

Embora temas como a repressão e a relação do governo com a opinião pública tenham ganhado maior destaque nas colunas de Castellinho ao longo do ano de 1968, o jornalista manteve-se fiel ao perfil da coluna, voltado para a análise do poder, do governo e do Congresso, ou seja, voltado para uma análise das elites políticas. Mesmo em casos como o do estudante Edson Luís, em que houve uma forte mobilização da sociedade civil que transformou o enterro do estudante numa manifestação política, Castello não deixa de retratar os bastidores do Congresso, aproveitando, nesse caso, para criticar a postura política dos parlamentares governistas.

A fotografia de uma criança morta, sacrificada pela violência policial, não sensibilizou o Congresso a ponto de lhe quebrar a rotina. Tudo não passou de uma sessão noturna interrompida pelo arrepio da comunicação, o protesto indignado do MDB e as manifestações ruidosas de estudantes que se reuniram pela madrugada nas galerias da Câmara. Pela ponte aérea, na noite de quinta e na manhã de sexta, escoaram para o Rio dezenas de parlamentares habituados ao fim de semana que consome quatro dias.⁶⁷

Outro exemplo interessante é o episódio da invasão da UnB, também ocorrido no fatídico ano de 1968, sobre o qual Castellinho publica uma coluna de protesto:

⁶⁶ *Estudantes com um item de segurança*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 03/01/1968

⁶⁷ *A morte não quebra a rotina do Congresso*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 30/03/1968

Partiu do Ministro da Justiça, Professor Gama e Silva, a ordem para a Polícia Federal invadir a Universidade de Brasília e retirar de lá estudantes que estavam com prisão preventiva decretada. Não se sabe se a operação correu ao gosto do professor, mas pode-se antecipar que os resultados políticos da agressão armada cobrem os notórios objetivos do Ministro que mais pleiteia do Presidente medidas de exceção. A ordem, executada com requinte, elimina as veleidades do Governo de criar no país um clima de otimismo e repõe no ambiente aquela ansiedade pânica, que é a matéria-prima dos radicais. A polícia, que entrou na Universidade como se fossem russos entrando em Praga, bateu, quebrou, prendeu e abateu um estudante com um tiro na testa. Suas versões, por isso mesmo, não merecem fé. (...) É claro que haveria mil maneiras de cumprir a ordem judicial de prisão preventiva. Nenhuma delas, porém, desalteraria melhor a sede de violência do dispositivo policial que essa de assaltar de metralhadoras na mão o campus universitário, numa hora impressionada em que estudantes e professores se entregavam a atividades escolares.⁶⁸

Em mais de uma coluna, Castello defendeu os estudantes, ainda que não concordasse com a política da esquerda, sobretudo da esquerda revolucionária, onde se encontrava boa parte dos estudantes. Para ele, os radicalismos tanto de direita como de esquerda eram ameaças constantes à democracia, opinião que demonstra, como vimos, a afinidade de Castello com o pensamento de Milton Campos. O tema da radicalização política aparece em diversas colunas. Ainda no governo Costa e Silva, Castello previne que

seria agora agravar o erro se, em face da ação subversiva localizada, o Governo cedesse à pressão militar para endurecer a política interna, encurtando ainda mais a área de convivência e de esperança e agravando o radicalismo de certas correntes oposicionistas.⁶⁹

Um ano depois do AI-5, Castellinho chama atenção para os perigos dos movimentos de radicalização política, que colocam em cheque a liberdade democrática.

Em 1969, ensombreceram-se igualmente os horizontes da Oposição. Suprimida longamente como instrumento de contestação legal, ela cresceu e organizou-se na clandestinidade, alimentando os aparelhos do terrorismo e gerando insegurança crescente. Qualquer pessoa medianamente sensata e experiente fará a necessária vinculação entre os dois processos de radicalização, um haurindo suas forças no outro, numa emulação demoníaca em que se sacrificam segurança e liberdade.⁷⁰

Essa passagem reforça a ideia de que Castellinho era um intelectual identificado com o campo da liberal. Segundo ele, em uma democracia onde as pessoas possuam instrumentos formais de atuação política – o voto, a representação no Congresso, a liberdade de imprensa – o espaço para ações

⁶⁸ *De onde parte o terror em Brasília*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 30/08/1968

⁶⁹ *Governo duro gera oposição radical*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 11/08/1967

⁷⁰ *Dos problemas do MDB e da Oposição*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 21/12/1969

subversivas e radicais é reduzido. Por outro lado, quando o próprio governo se utiliza de medidas violentas de exceção está estimulando a proliferação de ações subversivas de oposição radical. Já no governo de Emílio Garrastazu Médici, o tema volta à pauta do jornalista, em coluna que critica duramente as ações subversivas “terroristas” da oposição, questionando a ideia de que o país vive sob estado de guerra.

A ideia de que existe um estado de guerra revolucionária no país deve, por outro lado, atender, antes de mais nada, ao interesse dos grupos terroristas que pretendem exatamente suscitar pelo terror a impressão de que estão desmontando a estrutura política e social do país. Eles pretendem gerar reações pânicas e desmontar a capacidade de resposta organizada, segura e eficaz do poder público. (...) Entende-se que os órgãos de segurança, aos quais está diretamente confiado o problema das manifestações subversivas, observem o fenômeno com lentes de aumento e que o enfatizem de todos os modos possíveis para criar a indispensável consciência dos riscos a que se expõe o país se não forem eliminados os focos de terror. É uma técnica de mobilização compreensível e ajustada aos objetivos que aqueles órgãos têm em mira. Partir daí para a supressão de instituições livres ou para justificar o retardamento da sua restauração é fazer, por sectarismo ou por incompreensão, o jogo da subversão. Nenhum país democrático — é importante insistir-se neste ponto — nenhum país, a França, os Estados Unidos, a Alemanha, a Itália, a Inglaterra — se sentiu compelido a alterar suas instituições políticas e a reduzir ou limitar os direitos políticos e individuais dos seus cidadãos para fazer face a agitação de rua ou a atos de terror por mais graves que tenham sido. O relacionamento entre ação subversiva e restrições políticas é fenômeno típico da América Latina, refletindo escasso grau de convicção democrática e pouca consistência das instituições tradicionais.⁷¹

Se o “terrorismo” como tática de oposição ao regime é veementemente criticado por Castellinho, a reação do governo, que utiliza o argumento do “terrorismo” para suspender ou retardar a possibilidade de restabelecimento da democracia no país, também não agrada. A ideia presente é, mais uma vez, a de que movimentos de radicalização política destroem o sistema democrático.

O AI-5 foi responsável, em boa medida, pela ampliação da radicalização política. Após o AI-5, não só a censura à imprensa se intensificou, como aumentou a repressão aos movimentos de esquerda, dos mais moderados aos mais radicais; aos deputados e senadores de oposição ao governo, que tiveram seus mandatos cassados; aos artistas e intelectuais. O AI-5 fechou o congresso e criou instrumentos para viabilizar institucionalmente a repressão, através da cassação dos direitos políticos, de forma ainda mais ampla. Segundo Aarão Reis, o AI-5 foi um “golpe dentro do golpe”. Os governos militares, que já vinham se impondo

⁷¹ *O regime em face do terrorismo*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 25/01/1970

pela força através dos atos institucionais desde 1965, encontraram no AI-5 a forma de afastar do congresso as dissidências que, mesmo no campo de centro-direita, ameaçavam o poder do executivo (AARÃO REIS, 2004:41).

Com o argumento de que era preciso restabelecer a ordem e conter as ameaças subversivas, os militares da “linha-dura” operaram essa manobra que, se não destruiu por definitivo a oposição que havia no Congresso, diminuiu muito sua esfera de atuação. É interessante como essa ideia pode ser encontrada, no calor do momento, na *Coluna do Castello* do dia 13 de dezembro, ou seja, horas antes do anúncio do ato.

Se o Marechal Costa e Silva editar o Ato, será pura e simplesmente para enfrentar a resistência do Congresso e torná-la inútil. Para ferir o regime, sem condições de reconstituí-lo. Para impor a política de força. Não há sequer coronéis rebelados e os quartéis não apresentam qualquer sinal de inquietação.⁷²

Podemos dizer que Castellinho concordaria com a tese de Aarão do AI-5 como um “golpe dentro do golpe”, sobretudo porque o jornalista não acreditava que esse fosse o desejo do presidente Costa e Silva, que acabou cedendo às pressões da linha-dura. Outros autores, como João Roberto Martins Filho, percebem o AI-5 como uma manobra de expurgo de elementos políticos que atrapalhavam o projeto de uma abertura segura, no sentido da consolidação do projeto de uma democracia capitalista e liberal. De uma forma ou de outra, representando o início de um projeto de abertura de longo prazo ou a vitória de uma corrente de extrema direita que desejava a permanência das Forças Armadas no poder, o fato é que, depois do AI-5, a repressão política aumentou não só ao campo da esquerda, mas também à oposição liberal, que por ser mais moderada tinha se mantido mais ou menos intocada até então.

As mudanças ocorridas no regime militar, bem como na atuação da resistência, a partir da promulgação do AI-5 produzem um impacto direto sobre a *Coluna do Castello*. A atuação dos grupos descontentes com o regime nesse período contribuiu muito para manter no país um campo político de oposição, representado sobretudo pela oposição liberal e pela resistência democrática, movimentos que, apesar da repressão, foram relevantes principalmente para construir uma esfera pública que se mostrou fundamental no momento posterior

⁷² *O que se espera de Presidente*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 13/12/1968

de transição política para a democracia.

Outro fator importante em nossa análise é a censura à imprensa. Até a promulgação do AI-5, a censura, que certamente já existia nos quatro cantos do país, ainda não tinha batido à porta do escritório de Castellinho. É preciso considerar que o *Jornal do Brasil* também não sofreu repressão nesse período, o que afasta a ideia de que Castellinho fosse de alguma forma protegido por conta de seus relacionamentos políticos. É importante ressaltar também que o *JB*, na medida do possível, manteve-se crítico à ditadura militar durante todo o seu período.

A liberdade de Castellinho nos quatro primeiros anos da ditadura militar fez com que a *Coluna do Castello* representasse um importante foco de oposição. Mas certamente uma oposição moderada, cheia de ponderações, bem condizente com o comportamento de tantos outros liberais nesse período. Se antes do AI-5 a *Coluna do Castello* era publicada com grande liberdade, o mesmo não acontece depois. Logo no primeiro dia após o Ato, Castellinho foi preso durante cinco dias, assim como diversos jornalistas, estudantes, políticos e intelectuais. Pode-se dizer que a prisão de intelectuais e jornalistas moderados, como ele, era só mais uma demonstração de força do governo. A *Coluna do Castello* ficou suspensa do dia 14 de dezembro ao dia 03 de janeiro de 1969. Segundo Gláucio Ary Dillon Soares⁷³, logo após o AI-5 os censores ocuparam o *JB*, assim como uma série de outros jornais, e permaneceram lá até o dia 06 de janeiro de 1969, quando Nascimento Brito optou por submeter o jornal à autocensura, de acordo com as instruções do governo militar, situação que durou até 1972.

A primeira edição do *JB* sob censura, edição do dia seguinte ao AI-5, tornou-se histórica pela tentativa do jornal de burlar a censura para conseguir publicar seu protesto. Em uma seção que não chamaria a atenção dos censores, como a previsão do tempo, o jornal publicou a seguinte mensagem: “Tempo negro, temperatura sufocante, o ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38° em Brasília. Mín.: 5° nas Laranjeiras” (MANO, 2007). Quando a coluna volta a ser publicada, em janeiro de 1969, Castellinho é obrigado

⁷³Soares, Gláucio Ary Dillon. *Censura durante o regime autoritário*. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm

a mudar o tom de sua crítica. A coluna seguiu publicando o mesmo tipo de informação de bastidores que tinha antes, o que faz com que ela se mantenha como importante instrumento de informação para a sociedade, porém com uma análise menos explicitamente crítica. Era preciso lê-la com mais atenção, pois as ideias estavam escondidas nas entrelinhas. De toda forma, não deixou de ser um canal importante de oposição. Segundo o próprio Castello, no ano de 1969 o Congresso só existiu nas suas colunas (CASTELLO BRANCO, 1986).

Durante os anos de 1969 a 1973, a pressão para que Castello retirasse de sua coluna toda e qualquer crítica era muito grande. Mas o jornalista não aceitava praticar a autocensura além do seu próprio limite. Por conta disso, pediu demissão do jornal algumas vezes, mas foi convencido por Nascimento Brito a ficar. Em correspondência trocada com o diretor do *JB* em 1971, Castellinho escreveu:

Desculpe-me por ter levado alguns dias a ruminar nossa última conversa e a tirar dela todas as consequências, ou seja, concluir que a coluna acabou. Penso que assim alcança a sua intenção de resolver uma questão delicada. E creio ter chegado a tempo àquela conclusão, pois a experiência dos últimos dias, em que tentei ampliar as fronteiras, indicou-me claramente que todos os temas de que possa tratar têm conotação política e sobre eles incidem, portanto, as restrições.⁷⁴

Nascimento Brito conseguiu sempre contornar a situação, operando politicamente para devolver a Castellinho o mínimo de liberdade sem a qual não era possível publicar a coluna. Isso foi possível, entre outros motivos, pois parte dos militares temia que o fim da coluna pudesse ter uma repercussão pior do que sua publicação, no que diz respeito à imagem do governo para a opinião pública.

A censura também constitui um importante fator de divergência entre os liberais e o regime militar. Na primeira coluna de Castellinho após os 14 dias da suspensão provocada pelo AI-5, o jornalista dedica-se ao tema da censura e da relação entre o “movimento revolucionário” e os órgãos de imprensa.

A vontade da Revolução, como nos dizia há dias um destacado oficial-general do Exército, não se esgotou nem se pretende deixar conter. Ela mostrou-se de resto extraordinariamente vigorosa na manifestação com que há 20 dias surpreendeu uma classe política que começava a pensar em autonomia. (...) Entendem os chefes revolucionários que a imprensa agasalha a subversão, na medida em que noticia e estimula movimentos de reivindicação ou simplesmente liberais, e propicia a ação revanchista, na medida em que junta sua voz a de quantos combatem o Governo oriundo da Revolução e o regime por ela implantado no

⁷⁴Carta de Carlos Castello Branco para Nascimento Brito, em 02/10/1971. Disponível em http://www.carlostellobranco.com.br/sec_avulsos.php?type=4

país. (...) O que a Revolução parece desejar dos jornais é seu enquadramento, seu total ajustamento aos objetivos que ela traça, com a inspiração que hoje se concentra principalmente na caserna. Ela não quer apenas que os jornais respeitem suas metas, mas deseja de todos nós a adesão. Ora, tal atitude é tudo quanto contradiz e anula o princípio da liberdade de imprensa.⁷⁵

Na coluna, que só foi publicada pois havia por parte do presidente Costa e Silva uma aparente intenção de “reabrir o processo político”, expressão usada no título, Castellinho ressalta que se de fato o governo promover a abertura política, “deve-se esperar como natural a próxima volta do debate político que, como se sabe, se opera através dos parlamentos e da imprensa livre”⁷⁶. A afirmação de que o debate político se opera através dos parlamentos e da imprensa livre nos remete mais uma vez a uma visão liberal de democracia, em que a participação da sociedade civil no sistema político é sempre mediada, seja pelo Congresso, seja pela imprensa. Uma visão de democracia em que transparece a ideia de que são esses os atores e as instituições políticas que realmente possuem capacidade de transformar a realidade social. Embora o jornalista fosse um crítico da repressão política em toda a sua amplitude e esfera de ação, fica claro, em suas colunas, que o restabelecimento do pleno funcionamento do Congresso e a garantia de liberdade para a grande imprensa constituem elementos fundamentais de abertura do processo político, suficientes para o exercício mínimo da democracia. Por isso, apesar de criticar a violenta repressão política aos movimentos sociais e movimentos da esquerda democrática, Castellinho valoriza muito as iniciativas dos governos militares que apontam para a ampliação da esfera de ação política do parlamento e da imprensa.

Antes, porém, que Costa e Silva pudesse criar as condições para colocar em prática a sua intenção de reabrir o processo político, o que obviamente naquele momento não significava restabelecer a democracia direta no país mas retomar o diálogo com a oposição liberal, através da suspensão da censura e da reabertura do Congresso, o presidente foi afastado do governo por conta de uma grave doença. A substituição de Costa e Silva foi marcada por forte agitação política, tendo em vista que a ala governista mais identificada com a linha-dura não queria que o vice-presidente Pedro Aleixo assumisse o mandato presidencial. Além de ser um político civil, Aleixo havia sido uma importante liderança no Congresso contra o

⁷⁵ *Governo quer reabrir o processo político*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 03/01/1969

⁷⁶ *Governo quer reabrir o processo político*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 03/01/1969

AI-5, instituído meses antes. Dessa forma, o general Emílio Garrastazu Médici foi empossado presidente pela junta militar que impediu a posse de Aleixo, evidenciando e reafirmando o caráter fechado e autoritário do regime.

Segundo Castellinho, o tom inicial do discurso de Médici apontava para a sua fidelidade em relação aos princípios democráticos que inspiraram a “revolução”. Palavras ao vento, a verdade é que o governo Médici foi marcado por uma brutal repressão política aos movimentos de esquerda. Mesmo a relação com a oposição liberal era de quase nenhum diálogo, o que fez com o que o governo fosse duramente criticado por Castellinho em diversos momentos.

Se algum dia o sistema revolucionário teve problemas com os políticos, a verdade é que não os tem mais. Cessou quase que por completo a capacidade de resistência das instituições civis, descaracterizadas por sucessivas restrições e pela permanente necessidade de submissão à força dominante. A oposição civil sobrevive num núcleo remanescente de políticos, de reduzida significação eleitoral e de pequena área de liderança.⁷⁷

Castellinho retoma, nessa mesma coluna, o tema do afastamento da ditadura em relação a opinião pública, chamando atenção para a crescente insatisfação da sociedade civil para com o regime autoritário.

Sabe-se, no entanto, por todos os indícios, que a opinião pública, incluindo aquela "maioria silenciosa" que se sente atendida pela política de segurança, tenderia a manifestar-se contra a situação vigente se lhe fosse dada oportunidade para tanto. Há, assim, uma oposição latente, rica de conteúdo cívico e eleitoral, mas posta de lado, relegada, proibida de manifestar-se. Parte dessa opinião terá suas vinculações de simpatia e solidariedade com lideranças proscritas, mas o fato é que o inconformismo transcende a isso e se afirma como uma força latente de repulsa ao passado e ao presente.⁷⁸

O tema da opinião pública é retomado durante vários momentos do governo Médici, justamente por ter sido um governo que, segundo Castellinho, alimentou inicialmente as esperanças de distensão política, animando boa parte da oposição liberal, mas seguiu efetivamente por outro caminho. Com quatro meses de governo, o jornalista analisa uma declaração do presidente em coluna intitulada “Médici produz o anticlima”, onde Castellinho mostra o desajustamento do governo com as suas motivações primeiras.

⁷⁷ *Onde estão os obstáculos*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 31/01/1970

⁷⁸ *Idem*

Suas primeiras falas, como todos recordam, quebraram a densa atmosfera que a Junta Militar acumulara sobre o país. Mostrou confiança no regime, diagnosticou insuficiência do teor democrático do quadro existente e acenou com a hipótese da plena democracia até o final do seu mandato. A interpretação insuflada pela esperança e o otimismo, a que, apesar de tudo, somos todos inclinados, circulou por estes quatro meses sem uma contestação explícita, a tal ponto que seu conteúdo se tornou quase que um dogma com base no qual aferíamos a natureza de cada ato que ia emanando do Governo. (...) Essa a modificação substancial que irá produzindo no clima político do país a entrevista do Presidente, da qual nascem insatisfação e decepção entre os que se dispunham a dar de si o possível para iniciar uma prática condicionada do regime na expectativa de que o caminho fosse gradativamente se alargando até a liberdade não vigiada do termo final do mandato do Presidente. Hoje, voltam as incertezas e o jogo político se situa em terreno imponderável e imprevisível.⁷⁹

Castellinho lamentou a mudança de postura do governo, pois acreditou que o tom inicial de Médici, pregando a distensão política, contribuiu para “a relativa recomposição entre a opinião pública e o Governo” e para “diminuir o afluxo de descontentes para os movimentos clandestinos”⁸⁰, fazendo crescer uma oposição de tipo democrática que tinha maior capacidade de influência sobre a opinião pública e o próprio regime militar.

O tema da abertura política, que aparece frequentemente no discurso do governo Médici, é alvo constante da crítica de Castellinho, que se mostra cansado com a falta de ressonância entre o discurso da “revolução” e sua prática. É interessante notar como a promessa de distensão e abertura política é recorrente em todos os governos militares, funcionando como um discurso retórico para conter os avanços da oposição no país. Um discurso que, se não convenceu os movimentos de esquerda e resistência democrática, que sentiram na pele desde o início a violência da repressão política, certamente influenciou em determinados momentos a opinião de setores liberais. Mas à altura do governo Médici, a credibilidade do regime já estava bastante abalada, mesmo entre a oposição liberal, que defendia pelo menos a manutenção dos meios institucionais de representação política, como o Congresso Nacional.

⁷⁹ *Médici produz o anticlima*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 01/03/1970

⁸⁰ *Idem*

As instituições têm sistematicamente se debilitado em seguida aos diversos surtos revolucionários, o penúltimo dos quais pôs em recesso o Congresso Nacional. Desarticularam-se ou puseram-se na ilegalidade as direções civis, destruiu-se a vida partidária, suprimiram-se eleições diretas, e traumatizou-se de tal modo o remanescente da representação popular que já é difícil distinguir na atitude do representante a que tipo de mandato está ele obedecendo, se o que recebeu das urnas, se o que lhe dita a força revolucionária.

Ao longo de seis anos, acentuou-se o processo revolucionário e esmaeceu o processo institucional. O objetivo declarado, o compromisso solene da Revolução é com a preservação e o fortalecimento do regime democrático. Na prática, no entanto, o compromisso desviou-se e hoje o que se faz e o que se proclama é a política da preservação e do fortalecimento da Revolução. O poder revolucionário não quer ceder lugar ao poder democrático, e, se o quer, essa vontade se torna quase imperceptível e de qualquer modo inoperante.⁸¹

O tom da crítica de Castellinho ao governo Médici seguiu esse caminho, de denunciar a falta de coerência entre discurso e prática política, o descompasso entre a “revolução” e seu “processo revolucionário” e a insatisfação crescente com a repressão política que castigava não só movimentos “subversivos radicais”, como os movimentos da resistência democrática e os meios políticos de sobrevivência da oposição liberal. Castellinho lamentava “uma política que exclui a política”, título atribuído a uma coluna em que ressalta o descaso do governo com a necessidade de ampliação do debate político.

O Governo não parece preocupado com as manifestações de políticos, realmente numerosas, encarecendo a necessidade, a conveniência ou a oportunidade de normalizar as instituições. Certamente que não se trata de desinteresse pelo tema mas da certeza de que nas atuais circunstâncias é extremamente reduzido o poder de pressão das forças políticas civis. Em outras oportunidades declarações como as que prestou recentemente o Deputado Etelvino Lins provocariam reações definidas, que visariam a tornar claro o nenhum engajamento do sistema com as proposições políticas. Hoje, tal coisa já não parece importante para o Governo, convencido de que sua posição está perfeitamente delineada quanto a um debate do qual não pretende participar e que não deseja ainda que se faça. Ele prefere deixar que as sugestões caiam no vazio.⁸²

A dura crítica à ação política do governo Médici não encontra o mesmo tom quando o assunto é a questão econômica. Os êxitos de desenvolvimento do período, que ficou conhecido como o período do “milagre econômico”, são elucidados por Castellinho como fator importante da modernização do país.

⁸¹ *Os caminhos da abertura*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 17/05/1970

⁸² *Uma política que exclui a política*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 08/01/1972

A ênfase dada ao que o Presidente chamara de construção do futuro despertou energias, mobilizou dedicações e restaurou o clima de otimismo que o país vivera na segunda parte da década dos anos 50. A inflação continuou sob controle, em nível que permitiu não só a manutenção do surto de crescimento econômico como também o lançamento de iniciativas arrojadas das quais se tornou o ponto alto a conquista efetiva da Amazônia. (...) O plano de expansão da siderurgia, a programação de obras rodoviárias, os investimentos no setor de energia hidrelétrica e de petróleo, os incentivos à produção agrícola, notadamente do trigo e da soja, a iniciada reforma do ensino, a revisão da política de estímulos ao Nordeste, tudo passou a assinalar uma nova etapa, na qual o crescimento de escala se deu em tal ordem que traduz uma mudança não só de quantidade como de qualidade. A chamada estratégia da exportação, desenvolvida ao longo desses dois anos, abriu campo à expansão da produção interna de todos os níveis, estimulando a produtividade e a redução de custos, oferecendo recursos para aquisição no exterior do que não temos e gerando, segundo a expectativa oficial, condições para ampliação indireta do mercado interno.⁸³

Castellinho reconhece que os resultados econômicos do governo Médici foram fruto de uma política econômica estabelecida pelo regime militar desde seu início. Desse ponto de vista, a ideia de que a ditadura militar foi um processo de “modernização conservadora”, ponto que teremos oportunidade de explorar adiante, pode ser de alguma forma encontrada na análise de Castello, uma vez que o jornalista reconhece o movimento de modernização e avanço na esfera econômica, mas sempre fazendo a ressalva de que esse mesmo movimento de modernização não pode ser encontrado na esfera política.

É claro que esses resultados não nasceram da noite para o dia, mas foram fruto do desdobramento ordenado da política posta em execução desde o Governo Castelo Branco. (...) Sob esse aspecto não há dúvida do êxito do sistema de comando implantado pelo movimento de março de 1964. Muito ainda deverá ser feito, e está tentando fazer, no campo da racionalização dos métodos de operação do Estado e das empresas públicas e privadas. As riquezas geradas nesse processo possibilitarão a modernização do sistema econômico e administrativo, indispensável a que se alcancem novas etapas de progresso. (...) No setor político, os resultados têm sido no entanto relativos e, sob certos aspectos, inexistentes.⁸⁴

É interessante notar que, apesar da censura, Castello encontrou espaço para publicar suas críticas ao regime durante o governo Médici, como demonstram os trechos acima. Logo após o AI-5, Castellinho foi obrigado a mudar o tom de sua coluna, marcada por fortes contestações durante o ano de 1968. Até a entrada de Geisel no governo, em 1974, o jornalista viveu momentos alternados de maior e menor repressão. Em 1970, encontrou ainda espaço para realizar uma crítica mais explícita à ditadura. Já em 1971, enfrentou problemas com a censura, chegando a

⁸³ *Os dois anos de Governo Médici*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 30/10/1971

⁸⁴ *Os dois anos de Governo Médici*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 30/10/1971

pedir, como vimos, demissão do jornal, fato contornado por Nascimento Brito. A partir de 1974, quando o regime começou a dar sinais mais claros e concretos de distensão política, a coluna volta a circular praticamente livre de qualquer forma de censura.

A principal pauta de Castellinho durante o governo Geisel girou em torno do tema da “distensão política”. A expressão aparece nas colunas desse período 468 vezes, quase dez vezes mais que nos dez anos anteriores de regime autoritário. A entrada de Geisel e, principalmente, o resultado das eleições de 1974 para o parlamento e governos estaduais, em que o MDB teve ótimo desempenho, animaram a oposição liberal e boa parte da resistência democrática. Aliás, a vitória do MDB foi consequência da coalização entre esse partido e o PCB, ou seja, entre oposição liberal e resistência democrática.

Segundo Werneck Vianna, a passagem do autoritarismo para a democracia foi um processo gradual ativado por uma aliança entre uma parcela da esquerda, com forte presença dos comunistas do PCB, e a tradição liberal-democrática. Para a esquerda, “a transição importava um afastamento do modelo clássico de revolução”, o que significava uma revisão de valores e conceitos.

Nesse sentido, é inegável que a transição significasse admitir uma solução de transformismo, uma vez que, por definição, importava negar uma via de ruptura como condição para a institucionalização da democracia no país (WERNECK VIANNA, 2000:50).

Werneck Vianna chama atenção para as mudanças no PCB que propiciaram a aproximação desse partido com os liberais e com o MDB. A questão nacional passou a ser vista como subordinada à questão democrática, restaurando-se a ideia de que as instituições formais da democracia tinham um valor em si. A própria ditadura militar contribuiu para o desencantamento da esquerda comunista em relação à questão nacional.

Nem tudo que era moderno era nacional e, muito menos, democrático e popular. A modernização capitalista reacionária, conduzida por um Estado autocrático, numa repetição que nada tinha de farsa do regime de 1937, punha a nu o caráter do nacionalismo burguês (WERNECK VIANNA, 1988:35).

Nos embates ocorridos no interior do PCB, a “frente democrática” foi vitoriosa, provocando a mudança política que resultou na aliança com o campo liberal. A intenção era explícita: “independentemente da sua natureza de classe,

nacional ou antinacional, podem fazer parte da coalizão anti-regime todos os que vierem se opor a ele de alguma forma” (WERNECK VIANNA, 1988:34). A estratégia passou a ser a de *derrotar* o regime e não mais *derrubar* o sistema capitalista, o que para a esquerda significava assumir a via da reforma ao invés da via revolucionária. A derrota da ditadura passou a ser entendida como a abertura de um caminho de contínua e progressiva democratização do país. Ao longo da década de 1970, tal estratégia mostrou-se decisiva para o papel que a esquerda desempenhou, em aliança com o campo liberal, no processo de transição democrática.

Pressionado por esse amplo movimento de oposição, que se fez presente tanto na dimensão institucional do Congresso como na esfera da sociedade civil, o governo Geisel iniciou um processo de distensão em que o discurso da abertura política deixou de ser meramente retórico, como no governo Médici, e passou a encontrar ressonância nas ações e práticas políticas do executivo. A chamada linha-dura foi progressivamente perdendo espaço, embora houvesse ainda forte repressão política aos movimentos sociais, estudantes e grupos de esquerda, praticada pela polícia política sob os moldes de uma cultura de violência.

Entretanto, se durante o governo Médici a repressão foi constantemente justificada pela necessidade de conter as ações subversivas “terroristas” no país, no governo Geisel a necessidade da repressão política, sobretudo da repressão pelo uso violento da força policial, começou a ser questionada internamente, dentro do próprio governo. Em outubro de 1975, o caso do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, ocorrido dentro das dependências do DOI-CODI da cidade de São Paulo, onde o jornalista estava preso, constituiu um marco no governo Geisel. O exército divulgou fotos do jornalista enforcado, afirmando que ele havia se suicidado. Mas todas as evidências apontavam para a certeza de que o jornalista havia sido brutalmente torturado e assassinado. Pouco tempo depois, outro caso semelhante ocorreu, mostrando que a repressão política reproduzia o mesmo tipo de ação realizada durante todo o período ditatorial, em que a simulação de assassinatos e sumiços era prática constante. O assassinato de Herzog foi amplamente denunciado pelos movimentos de oposição. A resposta de Geisel veio no início de 1976, com a substituição do comandante do II Exército de São Paulo, fato político notório que representou o enfraquecimento da linha-dura

e reforçou as intenções do governo de promover a distensão política, entusiasmando a oposição. O fato foi comemorado por Castellinho.

A decisão do Presidente Ernesto Geisel de substituir o Comandante do II Exército foi uma fulminante resposta à informação oficial de que outro prisioneiro político morrera "por asfixia causada por enforcamento" nas prisões do DOI-CODI daquele Exército. Não se aguardou conclusão de inquérito policial-militar instaurado para apurar o episódio, reprodução em curto intervalo do alegado suicídio do jornalista Vladimir Herzog. Bastou a reiteração da morte, em circunstâncias que agravam as dúvidas suscitadas pelo relatório divulgado sobre o caso Herzog, para tornar evidente que o Comando do II Exército perdera o controle sobre os métodos de trabalho remanescentes em alguns setores do sistema repressor de São Paulo. O Presidente da República dessolidarizou-se pública e energeticamente com o que ocorreu naquela área. (...) Pela primeira vez, um Chefe de Governo reage com tal vigor a fato semelhante. (...) A decisão agora adotada pelo Chefe do Governo, além de dar efetividade à sua repulsa à violação de direitos humanos nos presídios políticos, servirá a um só tempo de advertência aos que por acaso se afeiçoaram a bárbaras práticas de interrogatório de pessoas detidas para averiguação ou em flagrante de atos subversivos; e de renovação das esperanças nacionais de reencontrar-se o Governo brasileiro com seus compromissos de respeito à incolumidade física e moral de pessoas postas sob sua guarda. Há outras práticas a banir, como a substituição da prisão por sequestro, a sonegação de informações à Justiça, o desaparecimento puro e simples de pessoas das quais a família jamais terá notícia.⁸⁵

Apesar das colunas durante o governo Geisel mostrarem o otimismo de Castellinho em relação a concreta possibilidade de abertura política e restabelecimento da ordem democrática, podemos notar ainda a presença de críticas ao regime autoritário e ao governo. Enquanto a ditadura estava sob vigência do AI-5, a oposição não dormia tranquila. A expectativa em torno da revogação do ato era enorme. No final de 1975, Castellinho reconhece avanços na relação do governo com os parlamentares, mas chama atenção para os limites impostos pela presença do AI-5.

Sem ter alcançado nível satisfatório, melhorou sensivelmente o desempenho do Poder Legislativo na legislatura que está a encerrar-se. Já se observou que aumentou de muito o trabalho do Congresso sem que se possa dizer que tenha melhorado na mesma proporção sua participação. Longe estamos da restauração da autonomia desse Poder, como dos demais poderes, e isso acontecerá indefinidamente enquanto estiver em vigência o Ato Institucional nº5. Também no curso desse ano melhoraram as relações do Presidente da República e dos seus Ministros com os parlamentares e o Partido do Governo, mas essas relações continuam caracterizadas por um grau de subordinação que vai muito além das exigências do primado do Executivo nos sistemas presidencialistas de Governo.⁸⁶

Em outra oportunidade, Castellinho condena o governo Geisel pela

⁸⁵ *Onde está a segurança*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 21/01/1976

⁸⁶ *Um ano melhor para os políticos*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 03/12/1975

execução de duas cassações políticas, em coluna que evoca novamente os limites impostos pela vigência do AI-5 ao processo de abertura, caracterizando, nesse aspecto, o governo Geisel como um típico governo do regime autoritário.

A reprodução do mesmo método e a verificação de que o Brasil não transpõe o círculo vicioso do regime autoritário provoca cansaço e indisposição sobretudo quando isso ocorre num tempo em que o Governo, mantendo o calendário eleitoral, quer praticar um ato típico de distensão, o pleito municipal.⁸⁷

Nessa mesma coluna, o jornalista chama atenção para dois outros fatores que colocam em questão a eficácia do processo de distensão política: a repressão e o tratamento inadequado dos presos políticos; e a censura, dois elementos característicos do regime autoritário.

O Congresso, como se sabe, não tem autorização para transpor os limites da zona de segurança do sistema. Muito menos a terá a imprensa, que vive sob um regime híbrido de censura. Há jornais sem censura prévia e jornais com censura prévia. Admitiu-se que a censura incidiria sobre a imprensa de pequeno porte, contestatória, mas não sobre os grandes jornais. Onde ficaria a revista *Veja*, a maior tiragem das publicações do seu tipo? Pergunta-se o que aconteceria à Câmara se aprovasse uma CPI para examinar o tratamento dos presos políticos. Quem quiser que responda. A nós, jornalistas, cabe fazer-nos outra pergunta: que aconteceria a jornais que mandassem repórteres tomar depoimentos de egressos de prisões para definir a situação dos presídios políticos? A imprecisão dos critérios da censura é a resposta. Quem ferir esses critérios recairá na censura prévia.

A conclusão é simples. A liberdade de imprensa, devolvida aos grandes jornais, continua condicionada aos tabus do regime. Os jornais têm bastante sensibilidade para identificar as fronteiras e isso é o suficiente para que se entenda que a liberdade de imprensa ainda não defluiu da Constituição e das leis mas de um contrato de risco, seja qual for a disposição de correr riscos. Todos nós, jornalistas e políticos, percebemos o fato, sem que a percepção importe em aceitação. O ato de ontem do Presidente, punindo deputados, deu a medida do imobilismo político a que o país está votado desde o AI-5, na verdade desde muito antes. Há afinal um impulso mais forte do que o que impele o Governo a tentar vencer as eleições municipais. Já não há eleições a ganhar, mas a perder, o que poderá conduzir à conclusão da inutilidade das eleições. Cremos ainda na obstinação e na sinceridade do Presidente na sua promessa de realizar eleições. Do contrário, só nos restaria reproduzir a pergunta do Sr. Francelino Pereira: que país é este?⁸⁸

Dois anos depois, Castellinho volta ao tema da censura, comemorando a suspensão da censura prévia a determinados jornais como passo importante na distensão.

⁸⁷ *Mais duas execuções*, Coluna do Castello, *Jornal do Brasil*, 06/01/1976

⁸⁸ *Mais duas execuções*, Coluna do Castello, *Jornal do Brasil*, 06/01/1976

Não há como negar realismo e senso político à decisão do Governo de suspender a remanescente censura prévia que atingia a *Tribuna da Imprensa, O São Paulo e Movimento*. É um passo importante na distensão e uma esperança de que as pressões de opinião pública obtenham melhores resultados antes do fim do Governo Geisel, o que beneficiará não só o país como especialmente o regime que se vê às voltas com problemas que lhe agravam o prestígio.⁸⁹

Entretanto, nessa mesma coluna o jornalista relativiza:

a liberdade da imprensa escrita é uma concessão, mas não é ainda um direito. Somente o será com a revogação do Ato 5 e com a revisão da Lei de Segurança, a qual constitui ameaça específica do exercício da liberdade de imprensa.⁹⁰

Outro tema que volta à pauta de Castellinho durante o ano de 1976 é o do descompasso entre a “revolução” e “processo revolucionário”, em coluna onde faz alusão ao discurso de Milton Campos citado aqui anteriormente, mostrando sua afinidade com o pensamento do político mineiro.

Diz o Senador [Luís Viana Filho] que a Revolução procura um caminho democrático dentro da sua permanência e, nesse quadro, deve-se levar em conta que não transigirá quanto a seus modelos econômico, social e político. Ora, é óbvio que não existe na permanência da Revolução caminho democrático. A permanência é do arbítrio expresso na antilei. (...) A Revolução é, em si mesma, um processo transitório, é um estado de emergência, do qual os seus próprios responsáveis procuram sair mediante o reencontro da normalidade. Considerar as cassações normais é razoável, de um ponto de vista revolucionário, mas não do ponto de vista em que a vê o Senador pela Bahia, ou seja, como aplicação rotineira de uma legislação que data de 1968. Ora, essa legislação é o contrário da lei, é a antilei, pois sua essência é o arbítrio.⁹¹

Castellinho conclui dizendo que o argumento do caráter transitório da “revolução” perdera a validade,

depois de 12 anos de prática revolucionária, ao longo das quais os princípios e os objetivos foram relegados como metas distantes alcançáveis num tempo imprevisível enquanto se eterniza o processo, isto é, o Ato 5, que representa o modelo político do qual, segundo o Sr. Viana Filho, o Governo não abre mão.⁹²

O balanço político que Castellinho faz do governo Geisel ressalta ainda a participação excessiva dos militares na política, aspecto que é visto como empecilho para a o processo de abertura democrática.

⁸⁹ *Liberdades relativas*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 10/06/1978

⁹⁰ *Idem*

⁹¹ *A legislação que data de 68*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 18/04/1976

⁹² *Idem*

Uma coisa que o Presidente Geisel não conseguiu na execução do seu projeto de distensão foi impedir que militares intervenham no debate político. Eles continuam a opinar, em discursos, ordens do dia e entrevistas. Algumas dessas opiniões são sensatas e contribuem, em princípio, para desfazer ansiedades numa nação há 15 anos submetida à tutela bonapartista. Outras, no entanto, continuam a assustar pela profunda distância de conceitos emitidos com os sentimentos dominantes na sociedade civil.⁹³

Novamente, aparece o tema da relação entre o regime e a opinião pública, traduzida nessa passagem como “os sentimentos dominantes da sociedade civil”.

Se ainda podemos encontrar nas colunas do Castello críticas ao regime militar durante o governo Geisel, podemos dizer que o governo que o sucedeu representou, para o jornalista, o fim da ditadura militar. O processo de abertura política se consolidaria somente na década de 1980, com o movimento das Diretas Já e o posterior retorno das eleições diretas para presidente. Mas na visão liberal de Castellinho já no governo de João Baptista Figueiredo, de 1979 a 1982, não era mais possível falar em ditadura militar, tendo em vista o enorme esforço do governo em suspender todos os elementos que, na opinião do jornalista, caracterizavam o regime, tais como a repressão, a censura e a radicalização política.

No final do governo Geisel, a suspensão do AI-5 já havia representado, para Castellinho e para a oposição de uma forma geral, o início real do processo de abertura política. Mas foi com Figueiredo que a oposição liberal encontrou novamente seu espaço institucional de atuação política, com o Congresso funcionando agora sem restrições e sem perda significativa de autonomia, elemento importantíssimo para Castellinho. Antes mesmo da posse de Figueiredo, Castellinho anunciava a mudança política por qual passava o regime, numa coluna com título sugestivo: “O Brasil volta ao natural”.

Reunindo ontem seus futuros ministros de Estado e informando à nação quais serão as diretrizes gerais do seu Governo, o General João Baptista de Figueiredo praticamente começou a governar o país. Já há diretrizes que se diferenciam das do atual Governo e já há ministros e diretores em trabalho para traduzir em projetos o discurso normativo do próximo Presidente da República. Não será exagero dizer, portanto, sem admitir que o General Geisel deixe de exercer suas prerrogativas até o último dia do mandato, que seu Governo cessou na tarde de ontem na solenidade do 21º andar do edifício do Banco do Brasil. O discurso do futuro Presidente é uma peça coerente com o que ele vinha antecipando como propósitos do seu Governo. Não há propriamente uma descontinuidade

⁹³ *Sinais de mudança*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 11/02/1979

administrativa em perspectiva, mas definiram-se prioridades diferentes e novas técnicas de abordagem dos problemas. Politicamente cabe registro especial a ênfase dada pelo General Figueiredo ao seu compromisso com as instituições, devendo anotar-se a carga de emoção com que, perante o tenso auditório, declarou que sua promessa, "tantas vezes reiterada, de fazer deste país uma democracia, essa eu juro cumprir."⁹⁴

Não seria exagero, frente ao teor das colunas de Castello sobre o período do governo Figueiredo, dizer que, para o jornalista, não só o governo Geisel terminou mais cedo, como também a própria ditadura militar encerrou seu ciclo antes do retorno da democracia formal com as eleições diretas. O período Figueiredo, se ainda não era caracterizado pelo jornalista como democrático, também não era mais chamado de ditadura. O governo Figueiredo representou justamente o momento de transição, o processo de abertura, o aprofundamento da liberalização do regime que resultou na democratização.

A distensão, a descompressão ou a liberalização ainda não é a democratização, mas um caminho que poderá chegar a ela ou não. Ela visa antes de mais nada a gerar instituições estáveis pelas quais transite a sucessão sem risco de regresso a situações anteriores declaradas insatisfatórias, como é o caso do Brasil pré-1964. A distensão do Presidente Geisel era um projeto de liberalização, conduzido entre pressões e contrapressões, mas a abertura do General Figueiredo tornou expresso o objetivo implícito da política do seu antecessor: implantar no Brasil um regime democrático.⁹⁵

Fatores como a suspensão da censura, o início do processo de anistia de presos e exilados políticos, o retorno de eleições diretas para governos estaduais e a ampliação do diálogo entre civis e militares foram decisivos para a abertura do caminho democrático. Em 1982, Castellinho ressalta a mudança de postura do governo Figueiredo, mostrando que o "projeto de liberalização" havia finalmente se transformado em "projeto democrático".

A abertura, que era um projeto de liberalização, não ainda de democratização, assume agora caráter de um projeto democrático. Mais especificamente, de uma proposta de implantar no país uma democracia liberal, na linha definida como vinculada à tradição da qual decorrem os traços de um futuro que irrecusavelmente haverá de preservar a identidade nacional.⁹⁶

Durante o governo Figueiredo, Castellinho seguiu fazendo de sua coluna um instrumento de informação sobre os rumos do regime militar, dando destaque aos movimentos e ações políticas do governo que apontavam para a plena

⁹⁴ *O Brasil volta ao natural*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 20/01/1979

⁹⁵ *As chaves da abertura*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 01/12/1981

⁹⁶ *A democracia liberal, agora*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 02/03/1982

democratização do país, por um lado, e criticando duramente as ações que carregavam ainda aspectos da política autoritária. No início de 1983, Castellinho observa a posse dos governadores eleitos diretamente pelo povo como um marco na consolidação do processo lento e gradual de abertura política.

Se a posse dos governadores encerra o período de abertura política, que se sucedeu à distensão, por sua vez precedida pelos ensaios de descompressão, deve-se supor que se inicia o período final de execução do projeto mediante o qual, atendendo a pressões da sociedade civil e à sua própria avaliação do papel que lhes coube desempenhar em relativamente longa etapa da vida nacional, as Forças Armadas, por intermédio do Presidente da República, promoverão a implantação de um regime democrático no país.⁹⁷

Um mês depois, concordando com uma declaração de Leonel Brizola, o jornalista afirma, satisfeito, que “se acabou a revolução”.

Causou um certo escândalo a declaração do Governador Leonel Brizola de que a Revolução de 1964 acabou e que, no Rio, jaz enterrada sob sete palmos de terra. Tirante o pitoresco da linguagem habitual do Governador, a verdade é que a Revolução acabou. Se não acabou de todo, tende a acabar e por iniciativa dos Presidentes militares, a partir de Ernesto Geisel. A distensão, a abertura, a revogação dos Atos Institucionais, a anistia, a eleição direta de governadores foram atos sucessivos, praticados pelos dois Presidentes, para dar realidade a uma ação estratégica, cujo objetivo é precisamente suprimir a exceção revolucionária e implantar no país um regime democrático.⁹⁸

⁹⁷ *Figueiredo e a solução final*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 16/03/1983

⁹⁸ *Se acabou a Revolução*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 21/04/1983